

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Legado político-econômico de Simón Bolívar no Equador dos séculos XIX e XX

Simón Bolívar's political and economic legacy in 19th and 20th century Ecuador

Mateus Webber Matos¹

Eduardo Ernesto Filippi²

Resumo: Após a morte de Simón Bolívar e o final das guerras de independência, em 1830, a América do Sul passou, alternadamente, por momentos de turbulência e desenvolvimento durante os séculos XIX e XX. A pergunta que este trabalho pretende responder é: de que maneira o legado político-econômico de Simón Bolívar afetou o desenvolvimento do Equador nos séculos XIX e XX? O objetivo geral é identificar e compreender as estratégias e características político-econômicas dos país e suas relações com o legado de Simón Bolívar. Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados indicam que o projeto inicial de Simón Bolívar foi, aos poucos, sendo preterido em detrimento de conflitos por poder e manutenção da América do Sul como provedor de bens primários e de baixo valor agregado para o mercado internacional ao longo dos séculos XIX e XX.

Palavras-chave: Equador, Independência, Simón Bolívar.

Abstract: After the death of Simón Bolívar and the end of the wars of independence in 1830, South America went through alternating moments of turbulence and development during the 19th and 20th centuries. The question this work aims to answer is: how did Simón Bolívar's political and economic legacy affect Ecuador's development in the 19th and 20th centuries? The general objective is to identify and understand the country's political-economic strategies and characteristics and their relationship with Simón Bolívar's legacy. This is a qualitative study. In terms of procedures, it is characterised as documentary and bibliographical research. The results indicate that Simón Bolívar's initial project was gradually neglected to the detriment of conflicts over power and the maintenance of South America as a provider of primary goods and low added value for the international market throughout the 19th and 20th centuries.

Keywords: Ecuador. Independency. Simón Bolívar.

1 Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI/UFRGS). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6995-174X>. E-mail: mateus.webber@hotmail.com.

2 Professor Titular - UFRGS / DERI - Departamento de Economia e Relações Internacionais. Doutor em Economia Política (UVQY - Université de Versailles - Saint-Quentin-en-Yvelines, França, 2004). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8311-7287>. E-mail: edu_292000@yahoo.com.br.



Introdução

Encerradas as batalhas por independência e após a morte de Simón Bolívar em 1830, houve um período de acomodação das forças sociopolíticas nas novas repúblicas sul-americanas. Esse momento foi marcado pela estagnação econômica na maioria delas, resquício dos longos conflitos por emancipação. O projeto de Bolívar, pelo menos até as décadas de 1850 e 1860, não havia produzido os resultados esperados (DONGHI, 1980). A América do Sul continuava a exercer seu antigo papel na lógica do comércio internacional: exportadora de produtos primários. A posse da terra retomou, assim, sua importância. Seu monopólio foi uma característica fundamental nessas novas repúblicas até, pelo menos, o começo do século XX (STEIN; STEIN, 1977).

O projeto de Bolívar fundamentava-se na união territorial e política das regiões recém-independentes do império espanhol (SAIGONES, 2010). A despeito das lacunas que ainda pairam sobre alguns de seus posicionamentos políticos, é possível afirmar que sua identificação era mais com um possível bloco de territórios hispano-americanos do que, necessariamente, com qualquer bandeira nacionalista. Em sua carta redigida da Jamaica, Bolívar questionou a viabilidade de regimes federalistas, monárquicos e democráticos por acreditar que a América ainda não estaria pronta para tais modelos. Em uma de suas previsões (2009, p. 81), sugere que: “Vou arriscar o resultado de minhas reflexões sobre a sorte futura da América: não a melhor, mas a que seja a mais acessível”³.

Nesse sentido, o conceito de “centralismo” ganhou, gradativamente, espaço no ideário de Bolívar (CASTILLO, 2009; ZEUSKE, 2018). Seu intuito não era construir um império nas Américas, senão

3 Traduzido do original: “Voy a arriesgar el resultado de mis cavilaciones sobre la suerte futura de la América: no la mejor sino la que sea más asequible”.



formar uma grande nação autônoma, apta a enfrentar ameaças externas e conduzir suas dinâmicas domésticas autonomamente. Dessa forma, “(...) seus ideais iam muito além da esfera do nacionalismo puro e simples, e bem na esfera do que veio a ser denominado ‘supranacionalismo’”⁴ (COLLIER, 1983, p. 48). Para isso, Bolívar contava com seu carisma e com traços personalistas. Considerou a possibilidade de mesclar centralismo, personalismo e aristocracia com conceitos e estruturas republicanas. Sua tarefa inicial – as independências das então colônias hispano-americanas – era considerada complexa. Implementar a união de territórios que possuíam poucos vínculos econômicos e políticos requeria uma conduta ortodoxa. Bolívar entendia isso e sonhava com esta forma de governo que “(...) estava destinada a ser autoritária; a autoridade ali dominante se distinguiria do puro arbítrio porque estaria guiada pela virtude”⁵ (DONGHI, 1980, p. 118).

152

Em realidade, havia duas forças em disputa. De um lado estavam as elites hispano-americanas que temiam o enfraquecimento de suas posições de privilégio. Conjuntamente a essas classes, estavam membros da Igreja Católica que lutavam pela manutenção de valores tradicionais, sua estratificação e a autoridade como meio de controle social (LYNCH, 2006). Por outro lado, Bolívar pregava a liberdade e a igualdade em seus discursos. Para além de políticas liberais ou conservadoras, seu projeto era libertar a América e construir uma forma própria de governo (SAIGNES, 2010). Ao fazer uma interpretação do pensamento de Montesquieu, Bolívar acreditava em instituições que fossem fundamentadas em valores, costumes e identidades sociais.

4 Traduzido do original: “(...) his ideals went well beyond the sphere of nationalism pure and simple, and well into the sphere of what has come to be termed “supranationalism””.

5 Traduzido do original: “(...) estaba destinada a ser autoritaria; la autoridad allí dominante se distinguiría del puro arbitrio porque estaría guiada por la virtud”.



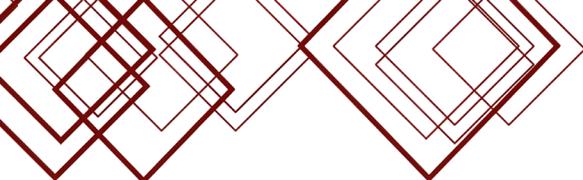
A incapacidade das revoluções de gerar um ambiente em que os setores agrícola, industrial e mercantil se unissem em prol de um crescimento econômico sul-americano autônomo é uma das razões que conduziram as novas repúblicas às condições de fornecedoras de matéria-prima para o mercado externo (STEIN; STEIN, 1977). Ainda que, do ponto de vista político e social, não mais houvesse as limitações dos tempos coloniais, a dependência econômica das ex-colônias em relação às antigas metrópoles persistiu na segunda metade do século XIX. Para Stein e Stein (1977), as guerras de independência foram um dos principais catalisadores do neocolonialismo.

Desse modo, este trabalho pretende responder à seguinte questão: de que maneira o legado político-econômico de Simón Bolívar afetou o desenvolvimento do Equador nos séculos XIX e XX? Para isso, o objetivo geral delimitado é identificar e compreender as estratégias e características político-econômicas desse país e suas relações com o legado de Simón Bolívar. Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados indicam que, após o término das revoluções independentistas na década de 1830, o projeto inicial de Simón Bolívar foi, aos poucos, sendo preterido em detrimento de conflitos por poder e manutenção da América do Sul como provedor de bens primários e de baixo valor agregado para o mercado internacional ao longo dos séculos XIX e XX.

153

Legados coloniais e cenários imediatos pós-independências

A emergência e a consolidação de novas repúblicas resultaram em uma América do Sul fragmentada territorialmente depois de 1830. A busca por uma unidade regional e um apreço pela liberdade indivi-



dual – propósitos que alicerçaram o projeto, especialmente, da Magna-Colômbia⁶ – foram suplantados pela dispersão de forças (MORA, 2002; ACOSTA, 2006). Conquistadas as independências, as novas classes políticas enfrentaram sua relativa inexperiência na condução de um autogoverno soberano; quando muito, usavam sua autoridade para proteger seus interesses. Ao menos esse objetivo era concreto: evitar que as independências se tornassem revoluções permanentes capazes de causar mudanças sociais disruptivas (STEIN; STEIN, 1977).

154

A lógica de exploração, por exemplo, perdurou ainda por algumas décadas, opondo-se ao projeto de Bolívar de desenvolvimento das capacidades econômicas dos territórios atrelado à maior inclusão social. A visão de boa parcela dos grupos *criollos* era que os esforços para retirar as novas repúblicas da situação na qual se encontravam direcionavam-se para: maior liberalização das trocas comerciais; incentivo para a entrada de investimentos externos; e, finalmente, fomento do comércio exterior (ALBERT, 1983). Diante da necessidade de criação de novas bases fiscais e monetárias que fomentassem as fragilizadas economias pós-coloniais, as novas repúblicas possuíam *déficits* e despesas militares que absorviam parcela considerável dos recursos advindos dos impostos (ESCOSURA, 2006). Algumas dessas dívidas comerciais e empréstimos tinham a Inglaterra como credora. Por volta de 1825, de acordo com Albert (1983), muitos desses deveres estavam vencidos e sem perspectiva de pagamento.

Em vista dessas dificuldades, em novembro de 1830, cerca de um mês antes de sua morte, Bolívar (2009, p. 387, grifos nossos) lamentou os rumos das revoluções sul-americanas e enumerou seus insucessos e receios em carta endereçada ao general Juan José Flores, então co-

⁶ União de nações representadas atualmente por Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela, cuja vigência se deu de 1821 até 1831.



mandante do Equador: “1º) a América é ingovernável para nós. 2º) aquele que serve a uma revolução ara no mar. 3º) a única coisa que se pode fazer na América é emigrar. 4º) este país [Grã-Colômbia] cairá infalivelmente em mãos da multidão desenfreada”⁷. Esta, claro, é uma fala que representa um Bolívar já debilitado pela tuberculose – causa de sua morte – e decepcionado ao ver soçobrar seu plano de integração regional. O segundo item da carta referida no parágrafo anterior é indicativo do sentimento de frustração ao concluir que o destino de um revolucionário é ser esquecido, “jogado ao mar”, e que suas lutas seriam esvaziadas de significado. Ao analisar-se o período pós-independência de uma posição privilegiada temporalmente, é possível inferir que inúmeros eram os interesses em disputa, não só internamente às novas repúblicas como entre as grandes potências europeias.

Por um lado, não havia nenhum grupo capaz de desenvolver e conduzir uma proposta de união regional que se desvencilhasse dos localismos; de outro, existiam iniciativas, por parte das potências capitalistas, para manter a fragmentação e a consequente vulnerabilidade das novas repúblicas sul-americanas (MORA, 2008). Os elementos negativos apontados anteriormente não indicam que as lutas de independência tenham sido vazias em si mesmas e em consequências. Como dito, o objetivo das elites era a ocupação dos cargos burocráticos e políticos a partir de uma substituição da burocracia europeia, mantendo intocados os sistemas de exploração produtiva.

Do ponto de vista mercantil, em geral, as medidas tomadas pelas ex-colônias para conter a entrada de itens vindos da Europa dificilmente podem ser vistas sob uma óptica integrativa. Isso ocorre porque os

7 Traduzido no original: “1º) la América es ingobernable para nosotros. 2º) el que sirve una revolución ara en el mar. 3º) la única cosa que se puede hacer en américa es emigrar. 4º) este país caerá infaliblemente en manos de la multitud desenfrenada”.



novos Estados hispano-americanos criaram barreiras fiscais tanto para artigos europeus como para os provenientes de seus vizinhos (KLEIN, 2011). Outro fator que, aparentemente, foi limitador do crescimento da fabricação de bens com algum grau de manufatura foi a escassez de procura pelos consumidores. Isso fica mais evidente, tendo em vista que “a indústria, em áreas subdesenvolvidas, não formula a demanda; limita-se a responder às suas solicitações” (STEIN; STEIN, 1977, p. 104).

156

A lógica, por conseguinte, se mantém praticamente intacta: exportação de produtos com baixo valor agregado e importação de bens manufaturados. Estes últimos, entretanto, não são mais os mesmos. Produtos têxteis e utensílios domésticos foram substituídos por bens de capital (metalurgia), combustíveis (carvão) e peças de reposição (DONGHI, 1980). Os ideais de união sul-americana de Bolívar foram ressignificados para que as classes dominantes continuassem exercendo o papel que outrora cabia aos colonizadores espanhóis, qual seja, o de classe opressora frente aos negros e indígenas (RIBEIRO, 2017). Além de perpetuarem as desigualdades de renda, uma parte dessas elites ainda deu início à usurpação de terras indígenas.

Tais ocupações indevidas estavam atreladas, em alguns casos, à necessidade de atender à demanda internacional de produtos primários. A crescente concentração das propriedades fundiárias e da mão de obra em um número reduzido de famílias aristocratas foi uma das tendências pós-independência (BRIGNOLI, 2018). Isso ocorreu em função da perpetuação do controle de grandes porções territoriais por limitados grupos sociais após o período das independências. Assim, muitas práticas arbitrárias – sejam elas sociais, políticas ou econômicas – se mantiveram relativamente íntegras. Muito embora tenham apresentado pautas liberais durante o período revolucionário, grande parcela das



ex-colônias hispano-americanas adotou políticas conservadoras após suas independências, reproduzindo padrões coloniais.

Esse novo pacto colonial (DONGHI, 1980), de uma maneira mais ampla, não satisfaz as expectativas financeiras das partes envolvidas nas primeiras décadas de independência. Os resultados econômicos aquém do esperado eram o símbolo de que, a despeito do fim dos conflitos, ainda havia discrepâncias sociais internas nas novas repúblicas que tornavam seu progresso inconstante. Em grande medida, as reformas sociais prometidas pelos líderes das revoluções haviam sido esquecidas, pois a eles não interessava a ascensão de novos grupos sociais que demandassem o compartilhamento ou democratização do poder político e econômico. Uma das principais era a reforma eleitoral, cuja finalidade era ampliar o número de eleitores e democratizar os pleitos. Esse plano, contudo, esbarrava no temor das classes dominantes do surgimento de questionamentos à ordem vigente à época. Na visão de Saignes, a imagem de Bolívar foi sequestrada pelas novas classes dominantes em favor de seus interesses, fazendo com que o Libertador fosse “convertido, depois de 1830, em um mito que poderia ser acomodado às ambições dos caudilhos, dos ditadores, dos agentes nacionais da neocolonização”⁸ (2010, p. 12).

157

Estes conflitos sociais interclasses são símbolos de outros antagonismos em esferas superiores, tais como a animosidade entre Quito e Guayaquil – evidenciando a fragmentação interna da República do Equador – e o fracionamento do antigo império hispano-americano em unidades que não viam a integração regional como um projeto exequível. A oposição entre Quito e Guayaquil era mais profunda do que

8 Traduzido no original: “El Libertador quedó convertido, después de 1830, en un mito acomodable a las ambiciones de los caudillos, de los dictadores, de los agentes nacionales de la neocolonización”.



distinções produtivas sugerem. A primeira era um reduto conservador, traço que continuou presente nas instituições políticas mesmo depois da independência do Equador. Na visão de Stein e Stein (1977) os conservadores derivavam de dois grupos que remontavam ao início do século XIX: os tradicionalistas/realistas (indivíduos – como por exemplo militares, nobres e burocratas – que tencionavam a conservação dos valores tradicionais da sociedade, mas que acreditavam que mudanças pontuais nas estruturas sociais e políticas seriam bem-vindas) e os insurgentes (comerciantes, eclesiásticos e donos de fundições que se aproveitavam dos arranjos econômicos e comerciais vigentes, mas que, para progredirem, careciam de transformações mais profundas do que os realistas estavam dispostos a aceitar).

158

Por outro lado, os liberais, representados por Guayaquil, eram compostos basicamente por dissidentes radicais e moderados advindos das categorias citadas anteriormente (STEIN; STEIN, 1977). Para os liberais estava claro que as antigas práticas comerciais coloniais e o ambiente autoritário do colonialismo não eram elementos favoráveis à expansão dos negócios e à atração de investimentos externos. Outra questão na qual os liberais atuaram foi no rechaço à monarquia constitucional e escolha pelo modelo republicano após a libertação colonial, considerando que este último – apesar de não significar, de forma automática, democracia – proporcionaria maior autonomia e flexibilidade na economia e no comércio. Quanto às hostilidades entre serra e costa equatorianas, uma das causas era a transformação da economia mundial e a tentativa de inserção do país nesse movimento. Ainda que, em 1858, a serra concentrasse cerca de 82% da população total (ACOSTA, 2006), Guayaquil era o núcleo do crescimento econômico equatoriano, sustentado, cada vez mais, pela exportação de cacau.

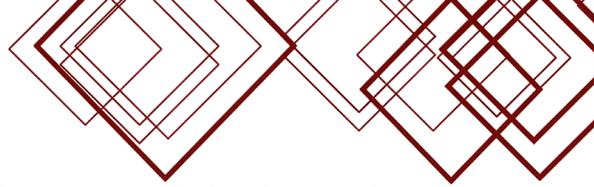


Tabela 1 – Evolução do peso demográfico relativo dos grandes conjuntos regionais equatorianos, em porcentagem (1780-1909)

Conjuntos regionais	1780	1840	1909
Manabí e Esmeraldas	2,35	5,86	9,16
Guayas e Litoral Sul	5,22	9,16	21,26
Serra Norte	26,02	23,79	20,60
Serra Central	41,48	38,56	24,93
Serra Sul	24,93	22,69	24,03

Fonte: Adaptado de Deler (1992, p. 299).

A participação do Equador nesse processo de dinamização da economia mundial, todavia, produziu um distanciamento ainda maior entre suas principais cidades (ACOSTA, 2006). Isso ocorreu, pois o papel atribuído ao país em âmbito internacional não favorecia a complementariedade de suas economias locais, tampouco possibilitava a ampliação da pauta produtiva. As fazendas de cacau foram predominantes na costa, ao passo que a serra fornecia gêneros alimentícios para consumo doméstico. Além disso, de acordo com Acosta (2006, p. 41) “a forma passiva de participar no mercado internacional provocou o desmantelamento de várias atividades manufatureiras e artesanais”.

159

A partir de 1870, as repúblicas hispano-americanas se tornaram destinos menos instáveis para os investimentos externos (STEIN; STEIN, 1977; DONGHI, 1980; ALBERT, 1983; GLADE, 1986; BULMER-THOMAS, 2003). Ao levar-se em consideração o cenário deixado pelas batalhas contra o exército espanhol e os atritos entre elites, escravos e indígenas durante as primeiras décadas de autonomia política, é razoável afirmar que a consolidação de uma estabilidade so-



cial – ainda que controversa – só tenha ocorrido no final do século XIX (GLADE, 1986). Foi esse contexto que permitiu, por exemplo, que os números do café venezuelano sobrepujassem os do cacau em volume. O café representava, aproximadamente, 40% de todas as exportações do país em 1850, alcançando 60% nos anos de 1870 (DONGHI, 1985).

160

Essa nova configuração da cadeia produtiva global possibilitou às ex-colônias espanholas a acumulação de um excedente de capital. Ao contrário do que afirmam alguns estudos (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983; BULMER-THOMAS, 2003), esse excedente não costumava ficar em terras americanas. Tinham como destino a Europa, através, entre outras maneiras, da importação de bens manufaturados pelas elites hispano-americanas. Disso resulta que essas repúblicas produziram recursos capazes de fomentar um processo de industrialização autônomo, mas que, de alguma forma, esses capitais foram remetidos para àquelas nações que já haviam atingido certa maturidade industrial (FRANK, 1973).

A Inglaterra, por seu turno, se aproveitava desses fluxos de capital para fortalecer ainda mais suas indústrias. As exportações das repúblicas sul-americanas, portanto, eram um dos motores fundamentais para a melhora da economia inglesa. Isso ocorria, pois esse crescimento, de uma forma geral, estava vinculado aos números da sua produção industrial que, por sua vez, necessitavam de quantidades cada vez maiores de insumos provenientes de regiões periféricas, com destaque para a América do Sul (GLADE, 1986). Outra forma de exploração foram os empréstimos – cujas taxas de juros eram consideráveis – concedidos às novas repúblicas, justificando, assim, a expansão das dívidas externas de várias dessas sociedades.

Apesar da discussão sobre a assertividade das escolhas feitas pe-



las lideranças do subcontinente nesse período, houve incremento tanto da produção quanto das trocas comerciais. Os empréstimos oriundos da Inglaterra – que, em 1865, atingiram a marca de £80 milhões – foram de grande importância para a construção da infraestrutura sul-americana, com destaque para as ferrovias (ALBERT, 1983). Estas foram exemplo marcante da expansão viária do subcontinente. Os cerca de 12 mil quilômetros de linhas férreas existentes em 1880 se transformaram em mais de 100 mil por volta de 1920 (ALBERT, 1983). Tendo em vista as barreiras geográficas desses territórios, este foi um feito significativo.

Duas curiosidades surgem nesse contexto. Os produtores de alimentos em Quito não eram capazes de abastecer todo o território equatoriano com base em suas produtividades. Por isso, foi necessário importar grandes volumes de comida, em especial dos Estados Unidos, ao longo das últimas décadas dos anos 1800 (BULMER-THOMAS, 2003). A segunda diz respeito à Bolívia e sua privação de acesso ao mar. Sendo assim, pouco antes da Primeira Guerra, suas trocas comerciais por via marítima tinham como origem/destino o porto de Buenos Aires. Considerando que, àquela época, os bens eram contabilizados nos registros dos portos de partida/chegada, as estatísticas comerciais bolivianas estavam embutidas nas argentinas (BULMER-THOMAS, 2003).

Ao analisar questões demográficas, não foi somente a Europa que presenciou um incremento populacional na parte final do século XIX. Com a acomodação das forças sociais e a consolidação de uma estabilidade política, foi possível verificar uma expansão urbana. A Venezuela de 1873 abrigava quase dois milhões de pessoas; a população boliviana era 70% maior se comparada à do início do século; o Peru, em 1876, contabilizou mais de 2,5 milhões de habitantes; os números no Equador eram de 1,3 milhões no final da década de 1890 (DON-



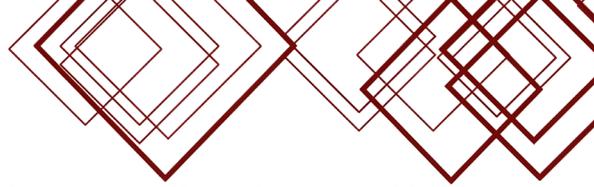
GHI, 1980; ACOSTA, 2006). Esse acréscimo ocorreu a despeito das ainda inadequadas condições higiênicas e sanitárias da maioria das repúblicas sul-americanas.

O quadro econômico latino-americano dos anos 1870 em diante foi de prosperidade, mesmo que esta não tenha sido compartilhada por toda a sociedade, senão por poucos indivíduos que detinham os meios de produção. Sem embargo, são notáveis os percentuais de representatividade da América do Sul no comércio mundial até a primeira década do século XX. De acordo com Furtado (1970), o subcontinente fornecia 18% dos cereais consumidos globalmente; 11,5% dos produtos provenientes da pecuária; 62% do café, cacau e chá; 37,6% do açúcar; e 14,2% das frutas e vegetais. Por outro lado, a evolução política não acompanhou o crescimento comercial, assentado, em grande medida, no legado de Bolívar.

162

Bolívar vive? Reverberações regionais do legado de Bolívar no século XX

Passados 70 anos da morte de Bolívar, era difícil encontrar resquícios do que outrora fora seu projeto libertador na América do Sul. As lutas por maior autonomia política e econômica e pela integração regional não foram suficientes para suprir carências das camadas mais empobrecidas. É verdade que houve uma dinamização das trocas comerciais com o exterior, mas os ganhos foram monopolizados por grupos restritos. Estes grupos detinham também o controle político e relutavam em ceder maior participação a outros grupos sociais com receio de serem privados de suas prerrogativas. O século XX iniciou com desafios para aqueles que ainda buscavam nos planos de Bolívar algum tipo de inspiração.



Em termos gerais, a Bolívia, por exemplo, enfrentou problemas para além da busca dos ideais de Bolívar. Cabe destacar dois episódios: a Guerra do Pacífico e a disputa pelo território do Acre. A primeira, ocorrida entre 1879 e 1883, terminou com a aliança Bolívia-Peru derrotada e com a perda de toda a zona costeira boliviana para o Chile, o que afetou a infraestrutura comercial do país. Quanto à perda do Acre para o Brasil em 1903, e tendo em vista a presença de brasileiros promovida pelo *boom* da borracha e pela derrota de seu exército frente aos rebeldes – inflamados pelo aumento dos impostos relacionados à extração do látex –, a Bolívia se viu forçada a vender o território por £2.5 milhões, em conformidade com o Tratado de Petrópolis (KLEIN, 2011). Do ponto de vista produtivo, a Bolívia (assim como o Equador) possuía uma pauta de produtos exportáveis restrita, como mostra a tabela abaixo.

163

Tabela 2 – Índices da concentração de commodities para exportação em 1913

País	1º Produto	Porcentagem	2º Produto	Porcentagem	Total
Bolívia	Estanho	72,3%	Prata	4,3%	76,6%
Equador	Cacau	64,1%	Café	5,4%	69,5%

Fonte: Adaptado de Bulmer-Thomas (2003, p. 58)

Não obstante grande parte da América Latina ainda se caracterizasse pela ruralidade (MERRICK, 1998), uma outra parte, mesmo passando por fases de oscilação, se sobressaiu. O Equador simbolizava outra face latino-americana. Importante ressaltar que, assim como a maioria dos países, a economia equatoriana enfrentou ciclos de depres-

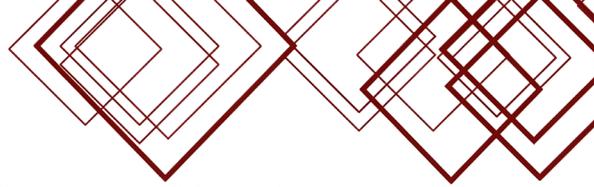


são e incerteza, como o fim da Primeira Guerra Mundial (1918) e a Grande Crise de 1929⁹. Entre todos, há um parâmetro que se destacou: o Produto Interno Bruto (PIB). Em muitos estágios, o Equador superou não só seus vizinhos como também as maiores potências europeias e os Estados Unidos.

Isso foi possível graças não somente aos lucros da venda do cacau, mas também pelo esforço em edificar uma infraestrutura capaz de interligar as principais regiões do país. O término da construção do Ferrocarril em 1908, possibilitou maior interação entre Quito e Guayaquil, fomentando trocas comerciais e fluxo de pessoas. Após 30 anos de obras, foi possível atenuar o regionalismo e a desarticulação social e produtiva (HURTADO, 1981; HOFMAN, 1994; MORA, 2008) que imperavam desde a época colonial. De maneira distinta do que ocorrera na Bolívia, o impulso econômico catalisou modificações demográficas ao longo do século XX no Equador, sendo a equalização populacional costa-serra proeminente.

Mais do que conveniente para as elites, a exploração produtiva dos países latino-americanos era uma etapa necessária tanto ao desenvolvimento dos polos de poder global quanto ao funcionamento do próprio capitalismo (FRANK, 1973; PREBISCH, 1986 [1949]). Nesse contexto, novamente, o final da Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929 foram paradigmáticos para a América Latina. O primeiro por caracterizar a passagem da Inglaterra para os Estados Unidos como o maior parceiro comercial latino-americano; a segunda por induzir um

⁹ Episódio no qual a Bolsa de Valores norte-americana sucumbiu diante de uma crise de superprodução industrial, entre outros motivos. Para Bulmer-Thomas (2003, p. 191, grifo nosso) “O início da Grande Depressão geralmente está associado à queda no mercado de ações de *Wall Street* em outubro de 1929, mas para a América Latina alguns dos sinais vieram antes. Os preços das *commodities* em muitos casos atingiram o pico antes de 1929, como o abastecimento (restaurado após a interrupção do período de guerra) tendia a superar a demanda”.



incipiente processo de industrialização na América Latina, uma vez que as potências centrais já não eram mais capazes de suprir a demanda global (FRANK, 1973; HOFMAN, 1994).

Muito mais por uma contingência da economia global em crise do que necessariamente por iniciativa espontânea, deu-se início ao processo de industrialização latino-americano ao longo da década de 1930. A América Latina foi uma das regiões mais afetadas pela queda do consumo de produtos primários pelas potências globais. A saída para uma conjuntura de maior autonomia passava, desse modo, pela diversificação da lista de produtos exportados. Dois movimentos com potencial para facilitar essa transição eram o enfrentamento às estruturas reprodutoras do subdesenvolvimento e a adoção de uma postura de autodeterminação e integração regional, com feições que lembravam as de Bolívar.

Isso desencadeou profundas mudanças na paisagem urbana dos países da região. O Equador viu a quantidade de cidades com mais de cinco mil habitantes saltar de quatro, logo antes de sua independência, para 15 nos primeiros anos da década de 1930, equivalendo, aproximadamente, a 20% do total (DELER, 1992). Muito desse deslocamento foi em direção à costa, centro produtivo do país, muito embora toda a economia tenha sentido os efeitos da Crise de 1929. Com os fluxos de cacau e café em descenso, o arroz e, mais tarde, a banana surgiram para fomentar a economia equatoriana, tendo a indústria uma natureza ainda embrionária até os anos de 1940. Na Venezuela, a população crescia a taxas tão sólidas quanto às do Equador. No interregno entre 1930 e 1950 foi o terceiro país latino-americano com maior média anual, com 2,65%; o intervalo 1950-70 é ainda mais simbólico ao alcançar a liderança com um percentual de 3,75 pontos de crescimento anual médio (MERRICK, 1998). Esse foi um fenômeno presente em grande parte



dos países da América do Sul após os surtos de exportação das décadas anteriores. Os anos de 1930 foram paradigmáticos nesse sentido, uma vez que representaram a transição de economias eminentemente rurais para a ampliação de cidades e suas práticas produtivas, como serviços e indústria de manufatura.

As rápidas transformações anteriormente citadas não suscitaram grandes avanços em outros setores, tais como educação e saúde. Em 1950, os países aqui estudados apresentavam níveis altos de analfabetismo (levando em consideração pessoas com 15+ anos) como Bolívia (68%), Equador (44%) e Venezuela (48%) que perpetuavam disfunções residuais da era colonial (FURTADO, 1970). As razões da manutenção desse cenário, que já foram apontadas anteriormente, vinham sendo alteradas gradualmente, trazendo uma inflexão da vida política, econômica e social às classes historicamente menos assistidas.

166

Ainda na década de 1940, o Equador lutava pela recuperação de sua economia. Muito em razão da gradual queda das exportações de cacau que se arrastava desde o final da Primeira Guerra Mundial, os produtores equatorianos careciam de uma nova fonte de renda. Foi dentro de uma conjuntura de instabilidade cacauceira que a cultura da banana deu origem a transformações tão profundas quanto as do cacau. Para além de revitalizar a economia, o ciclo da banana possibilitou a modernização da rede de transportes do país, o que por sua vez ampliou as oportunidades de emprego para uma população que, cada vez mais, migra para as grandes cidades, notadamente da costa (ACOSTA, 2006).

Outro elemento foi a ampliação da fronteira agrícola amparada, em particular, pelas pequenas e médias propriedades. Nesse novo ciclo, os grandes latifundiários não detinham mais o monopólio sobre o uso da terra e, portanto, sua participação nas exportações foi reduzida. É



bem verdade que a inserção da economia equatoriana uma vez mais foi suscitada pela demanda do mercado internacional por um produto primário, o que representava a conservação do Equador em sua posição periférica. Ademais, e a despeito de todas as melhorias supracitadas, o país era dependente dos bens produzidos na costa, contando a serra com apenas 2% do total de exportações em meados do século (HURTADO, 1981). A serra continuou cumprindo seu papel de fornecedora doméstica de alimentos, assentada no modelo latifundiário tradicional.

Há, contudo, aqueles que defendem que, no interregno entre o desfecho da Segunda Guerra Mundial (1945) até meados da década de 1980, o setor de exportação dos países latino-americanos de uma maneira geral fora decepcionante (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983). Com o intuito de justificarem suas afirmações, Cardoso e Brignoli (1983) apresentam a participação da América Latina no comércio global desde os últimos anos do século XIX, porcentagem que flutuou de 5% a 9% ao longo desse período. Sem dúvidas esses argumentos sugerem países cujas exportações pouco representaram em comparação às potências centrais. No entanto, os avanços expostos acima, ainda que limitados, oferecem um cenário com algum vislumbre alternativo.

167

Revoluções e reformas pós-Segunda Guerra Mundial

A América Latina parecia assistir a reformas importantes em meio a contextos há muito conhecidos. Os países latino-americanos estavam inseridos na economia internacional em virtude da exportação de produtos primários e importação de bens manufaturados, participando, dessa forma, das inovações da III Revolução Industrial. Por outro lado, do ponto de vista interno, grupos que exerciam as dominações tradicionais continuaram a interpretar seu papel secular. E qual a



relação entre essas instabilidades sociais e Simón Bolívar? Para Ribeiro (1983, p. 257) “No bojo deste novo processo civilizatório, a América Latina volta a tempos bolivarianos”. As razões indicavam novamente lutas de indígenas, negros e camponeses contra a opressão das elites oligárquicas nacionais que insistiam em manter muitos países latino-americanos na periferia do comércio internacional. Assim como na Bolívia de 1952, as reivindicações transpassavam a esfera social e iam em direção à tomada do poder político e da autonomia econômica. Esses objetivos, entretanto, exigiam mais do que revoltas populares, pois requeriam a destruição de estruturas sociais tradicionais (RIBEIRO, 1983) que, muito embora não tenham sido criadas pelos movimentos de independência no século XIX, devem muito à liderança oligárquica na emergência das repúblicas latino-americanas a partir de 1830.

168

O Equador não escapou à essa lógica. O apogeu bananeiro – que se estendeu do final da década de 1940 até o começo dos anos 1960 – deu lugar ao petróleo na década de 1970. Dessa vez, a renda advinda das exportações de petróleo alcançou patamares que nenhum outro produto anterior foi capaz de conseguir. Em 11 anos (1970-1981) as receitas saltaram de 190 milhões para 2,5 bilhões de dólares (ACOSTA, 2006), fazendo do Equador um dos dois países latino-americanos – juntamente com a Venezuela – membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A porção amazônica foi a principal abastecedora desse fluxo de petróleo equatoriano. Aqui cabe o destaque para essa região – liderada pela cidade de Cuenca – cuja expressão nacional em termos econômicos, até então, era quantitativamente reduzida.

O PIB do país também cresceu de forma significativa. No intervalo 1972-1981 a média anual de crescimento foi de 8% (ACOSTA, 2006), uma das maiores da América Latina. Esse vigor econômico in-



duziu os já mencionados deslocamentos intrarregionais, que ganhavam força ao passo que a urbanização se acentuava. Muito embora tenha havido uma redução na velocidade de expansão demográfica, foi nesse período que a costa ultrapassou a serra em números, concentrando quase metade da população do Equador. Diante desses dados, é possível afirmar que os anos 1970 tenham sido de riqueza econômica para o país. No decorrer do século XX, as condições climáticas e do solo foram um dos maiores aliados econômicos do Equador. O país, no entanto, não inverteu sua lógica produtiva e manteve forte dependência dos mercados consumidores externos, ao mesmo tempo que não realizou diversificação da pauta de exportações. De uma óptica interna, mesmo que o petróleo tenha suscitado maior relevância e credibilidade internacionais ao Equador, as consequências foram profundas. Uma delas se destacou: a dívida externa.

Avaliada em cerca de 5,8 bilhões de dólares em 1981 – ante os 206 milhões em 1971 – a dívida externa equatoriana passou a representar 42% do PIB do país (ACOSTA, 2006). O cenário se tornou preocupante, na medida que esses números tiveram influência direta sobre as crises econômicas e políticas que atingiram o Equador nos anos 1980. Aliado a isso estava a inaptidão dos seguidos governos em consolidar o processo de industrialização, a agudização das desigualdades sociais e a introdução do modelo neoliberal. Este último causou prejuízos em boa parte dos países latino-americanos nas duas últimas décadas do século XX, como estratégia de contenção política e econômica dos países em desenvolvimento pelas potências globais.

O insucesso industrial latino-americano, notadamente na década de 1980, deu espaço para o fortalecimento do rentismo. A queda do percentual industrial no PIB da América Latina em 30 pontos entre 1975-2000 (CORSI, 2013) representou a transição de tentativas infrutí-



feras de industrialização para a incorporação dos preceitos neoliberais do Consenso de Washington¹⁰. A esta altura estava claro que o processo de substituição de importações (ISI) não fora bem planejado e executado no Equador, posto que algumas condições não foram cumpridas, a saber: reforma agrária, distribuição de renda e democratização da política. A precarização do trabalho e da condição de vida no campo, ao passo que a urbanização ganhava força, também se somou aos fatores acima para compor um quadro de diversas crises latino-americanas (ACOSTA, 2009; MARINI, 2013).

170

As feições e características dessas crises são multifacetadas. O declínio da atividade industrial e o aumento substancial da dívida externa eram indicativos de uma crise estrutural nos países da região (FFRENCH-DAVIS, 1998). A ausência de mudanças estruturais nos sistemas produtivos latino-americanos nos últimos 150 anos provocava agora demandas por uma nova ordem econômica e política. Percebe-se que insatisfações sociais – que podem resultar em lutas armadas ou não – são uma constante na América Latina desde as independências, causadas por opressões internas e/ou externas. Sobre a trôpega industrialização da região, Marini (2013, p. 67) argumenta que

O processo de industrialização na América Latina, devido às características que assumiu, teve como principal efeito intensificar a exploração das massas trabalhadoras da cidade e do campo. Assim, na medida em que a indústria dependeu sempre do excedente produzido no setor externo da economia e quis absorver partes crescentes deste excedente, as classes beneficiadas pela exportação buscaram compensar suas perdas através do aumento da mais-valia absoluta arrancada das massas camponesas.

10 Conjuntos de normas e condutas que “configuram a lógica e a prática dos ajustes neo-liberais, são conhecidas como “Consenso de Washington” [...]. Essa receita recolhe as medidas ortodoxas do FMI, do Banco Mundial e dos outros organismos multilaterais de crédito (BID, etc.), assim como a posição do governo norte-americano e dos conglomerados transnacionais de maior influência mundial, sobretudo os norte-americanos” (ACOSTA, 2006, p. 149).



A condução econômica e os perfis tecnocráticos dos regimes militares, instalados na América Latina a partir nos anos 1950, também colaboraram para o cenário de crise. Progressos tecnológicos e econômicos proporcionados pelos regimes militares acentuaram a desigualdade de renda e a dívida externa. A promessa de construção de uma indústria de base financiada pelo capital estrangeiro foi um chamariz convincente para as burguesias nacionais, que não perceberam a incompatibilidade de seus anseios com os dos investidores externos (MARINI, 2013). No fim, havia tantas esferas sobrepostas e que exerciam influência (política doméstica, economia, ideologia, geopolítica, política internacional) que o resultado não poderia ser outro senão a distribuição desigual dos ganhos (FFRENCH-DAVIS, 1998) e prejuízos para os países latino-americanos.

171

Considerações finais

Não só os ecos da época do escravismo persistiram nas repúblicas latino-americanas do século XX, como também boa parte das particularidades dessas sociedades. Nelas, uma pequena parcela privilegiada da população logrou manter o comando político das novas repúblicas (STEIN; STEIN, 1977), bem como o modelo agroexportador continuou sendo a estratégia de inserção da região no mercado internacional. Disso, depreende-se que as economias latino-americanas não alteraram seus graus de dependência no que diz respeito aos ciclos da economia mundial controlada pelas grandes potências, panorama que não difere muito do histórico recente dessas economias.

O projeto integracionista de Simón Bolívar foi ressignificado em prol da manutenção dos privilégios das classes dominantes (*criollos*) e da concentração de terras em suas posses. Às camadas sociais mais pobres,



coube, em essência, circunstâncias muito parecidas (se não, idênticas) às pré-independência: sujeição e exploração. A estrutura econômica manteve suas bases ao substituir o controle espanhol pelo dos proprietários de terra que, agora, aglutinavam também poderes políticos e sociais. Em função de suas dinâmicas particulares e locais, territórios que hoje são representados por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, por exemplo, optaram por suas respectivas emancipações e desvinculação de um projeto mais amplo de integração. O ano de 1830 foi palco não somente da morte de Bolívar como também do início do fim de seus planos regionais.

172

A infraestrutura desses territórios também foi danificada a ponto de inibir as trocas comerciais e a mobilidade de pessoas. O contexto foi agravado quando se leva em consideração as mortes durante as revoltas e as sequelas que isso provocou nas diversas áreas daquelas sociedades. De fato, o panorama pós independências não foi aquele imaginado por Bolívar e seus companheiros. O desafio agora seria reconstruir o que fora danificado e refundar as estruturas políticas e econômicas construídas nos moldes coloniais. O que se viu após a expulsão dos espanhóis foi a perpetuação de uma dependência comercial, agora não mais com a respectiva metrópole, mas sim com a Inglaterra.

Os ingleses expandiram seus mercados consumidores de produtos manufaturados, recebendo, em contrapartida, grandes quantidades de bens primários das Américas, como por exemplo o café e o cacau. Os empréstimos ingleses às novas repúblicas sul-americanas também foram ampliados na segunda metade do século XIX, permitindo a construção de ferrovias que otimizavam a logística de transporte da região – o que, por sua vez, favorecia os fluxos de exportação para a Inglaterra. O alvorecer do século XX trouxe mais desafios para os povos hispano-americanos. Nesse ponto, o legado de Bolívar já parecia



distante e predestinado a permanecer somente no imaginário popular. A América Latina – muito embora cumprisse papel importante de provedor de alimentos – ocupava uma posição periférica no contexto internacional, tanto política quanto economicamente. A transição hegemônica global da Inglaterra para os Estados Unidos se desenrolava de maneira a deslocar os fluxos comerciais dos países latino-americanos da Europa para a América do Norte nas décadas iniciais do século.

O Equador sofreu com a curva decrescente das exportações de cacau e café, o que fez com que o arroz surgisse na década de 1930 como um vetor da economia nacional. Foi, todavia, após o desfecho da Segunda Guerra Mundial, em 1945, que o ciclo da banana foi estabelecido no país e suscitou melhorias da infraestrutura de transportes e viabilizou o aumento da oferta de empregos. Assim como aconteceu com a cultura do cacau, as repercussões do *boom* bananeiro foram sintomáticas de um novo paradigma produtivo e econômico no Equador. Este fato contrastou com a manutenção da economia equatoriana em posição de passividade e reatividade em relação à demanda internacional por itens primários.

173

O despertar da década de 1960 foi de transição produtiva para o Equador com a decadência da cultura bananeira e a consolidação do petróleo como principal item da pauta de exportações. A visibilidade internacional era diferente. Em termos de importância, o petróleo se configurava como um dos produtos básicos das grandes potências, sendo tratado por muitos como assunto de segurança nacional. Junto com a Venezuela, o Equador passou a ocupar um espaço dentro da OPEP, o que era representativo para um país de seu porte. A inaptidão de sucessivos governos de fortalecer a industrialização nacional e a consequente importação de bens manufaturados foram efeitos desse período que resultaram na ampliação da dívida externa.



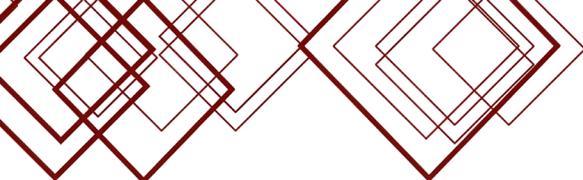
Todos esses cenários convergem para o gradual distanciamento da América do Sul do projeto inicial de Bolívar. Por fim, a região possui interesses, objetivos e idiossincrasias que inviabilizam, a longo prazo, a identificação de diferentes culturas com uma iniciativa de coesão e integração regional, ainda que seja possível notar, atualmente, traços como centralismo e paternalismo (assim como aqueles adotados por Bolívar) em alguns países sul-americanos.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *Breve história econômica do Equador*. Brasília: Funag, 2006.
- ACOSTA, A. *La maldición de la abundancia*. Quito: Abya-Yala, 2009.
- ALBERT, B. *South America and the world economy from independence to 1930*. London: Macmillan Press, 1983.
- 174 BOLÍVAR, S. Contestación de un americano meridional a un caballero de esta isla [“Carta de Jamaica”]. In: VILA, M. (ed.). *Doctrina del libertador*. 3. ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2009. p. 66-87.
- BRIGNOLI, H. *Historia global de América Latina: del siglo XXI a la independencia*. Madrid: Alianza Editorial, 2018.
- BULMER-THOMAS, V. *The economic history of Latin America since independence*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2003.
- CARDOSO, C.; BRIGNOLI, H. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CASTILLO, G. *América Hispánica (1492-1898)*. Barcelona: Labor, 2009.
- COLLIER, S. Nationality, nationalism, and supranationalism in the writings of Simón Bolívar. *The Hispanic American Historical Review*, v. 63, n. 1, p. 37-64, 1983.
- CORSI, F. As estratégias de desenvolvimento na América Latina e as transformações na economia mundial (1930-2008). *Brazilian Jour-*



- nal of International Relations*, v. 2, n. 2, p. 273-299, 2013.
- DELER, J. Transformaciones regionales y organización del espacio nacional ecuatoriano entre 1830 y 1930. In: MAIGUASHCA, J. (ed.). *Historia y región en el Ecuador: 1830-1930*. Quito: FLACSO-CERLAC, Corporación Editora Nacional, 1992. p. 295-353.
- DONGHI, T. Economy and society in post-Independence Spanish America. In: BETHELL, L. (ed.). *The Cambridge history of Latin America (volume III): from independence to c. 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 299-345.
- DONGHI, T. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- ESCOSURA, L. The economic consequences of independence in Latin America. In: BULMER-THOMAS, V.; COATSWORTH, J.; CONDE, R. (eds.). *The Cambridge economic history of Latin America (volume I): the colonial era and the short nineteenth century*. New York: Cambridge University Press, 2006. p. 463-504.
- FFRENCH-DAVIS, R. The Latin American economies, 1950-1990. In: BETHELL, L. (ed.). *Latin America: economy and society since 1930*. New York: Cambridge University Press, 1998. p. 149-237.
- FRANK, A. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- FURTADO, C. *Formação econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.
- GLADE, W. Latin America and the international economy, 1870-1914. In: BETHELL, L. (ed.). *The Cambridge History of Latin America (volume IV): c. 1870 to 1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 1-56.
- HOFMAN, A. Ecuador: desarrollo económico en el siglo 20. *Cuestiones Económicas* - Banco Central del Ecuador, n. 21, p. 133-166, 1994.



HURTADO, O. *O poder político no Equador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KLEIN, H. *A concise history of Bolivia*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2011.

LYNCH, J. *Simón Bolívar: a life*. Filey: Yale University Press, 2006.

MARINI, R. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MERRICK, T. The population of Latin America, 1930-1990. In: BETHELL, L. (ed.). *Latin America economy and society since 1930*. New York: Cambridge University Press, 1998. p. 3-61.

MORA, E. Ecuador desde 1930. In: BETHELL, L. (ed.). *Historia de América Latina: los países andinos desde 1930*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002. p. 259-300.

176

MORA, E. *Resumen de historia del Ecuador*. Quito: Corporación Editora Nacional, 2008.

PAREDES, M. *Mitos, supersticiones y supervivencias populares de Bolivia*. La Paz: Libreros Editores, 1920.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo Económico*, v. 26, n. 103, p. 479-502, 1986 [1949].

RIBEIRO, D. *América Latina: a pátria grande*. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2017.

RIBEIRO, D. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SAIGNES, M. *Bolívar: acción y utopía del hombre de las dificultades*. Caracas: MINCI Venezuela, 2010.

STEIN, S.; STEIN, B. *A herança colonial da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

ZEUSKE, M. Simón Bolívar, sua posição na história e na atualidade.



Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 12, n. 2, p. 10-30, 2018.

Recebido em: 23/03/2024 • Aprovado em: 12/08/2024.